

Mais uma seção judiciária participa do Projeto de Conciliação da 1ª Região

Justiça Federal de Mato Grosso realiza audiências e dá sua contribuição para a pacificação social

Lucimar de Melo

A Justiça Federal de Mato Grosso realizou, no mês de março, 205 audiências em processos que envolvem o Sistema Financeiro da Habitação, culminando em 83 acordos. Os processos, que estavam em grau de recurso, foram encaminhados à Seção Judiciária, na tentativa de serem resolvidos de maneira mais rápida e simples, por meio conciliatório. Isso foi possível graças ao Projeto de Conciliação do Tribunal, instituído em 2006 pela Resolução nº 100-4, aprovada pela Corte Especial.

A solenidade de entrega dos Certificados de Baixa de Hipoteca dos imóveis, expedidos em decorrência dos acordos e das quitações, aconteceu no dia 26 de março, na Seção Judiciária, em Cuiabá/MT.

A Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, presidiu os trabalhos da mesa diretora, composta pelos Desembargadores Federais do TRF da 1ª Região Ítalo Mendes e João Batista Moreira, e pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Paulo Inácio Dias Lessa. Também pelos Juizes Federais Jeferson Schneider – Diretor do Foro da Seção Judiciária de Mato Grosso –, Reynaldo Soares da Fonseca – Coordenador do Projeto de Conciliação da 1ª Região –, César Augusto Bearsi – Coordenador do Projeto em Mato Grosso e que trabalhou nas audiências conciliatórias junto com a Juíza Federal Adverci Rates de Abreu. Esteve presente, ainda, o



Fotos: Mauro Fujini

Autoridades após a solenidade de confirmação dos resultados do Projeto de Conciliação da Primeira Região



Juiz Federal César Augusto Bearsi, Coordenador do Projeto de Conciliação em Mato Grosso

Diretor-Presidente da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Gilton Pacheco, entre outras autoridades.

A Presidente ressaltou que, em 23 anos de judicatura, nunca havia conseguido fazer um acordo com a Caixa Econômica. Agora assiste à concretização do sonho de muitos com a aquisição plena da casa própria. Ela considera valoroso o trabalho de conciliação que vem sendo realizado pelos juízes federais. “Independente de suas atividades habituais, eles se uniram para mais este trabalho”.

O Juiz Federal em Auxílio à Presidência do Tribunal, Reynaldo Soares da Fonseca, Coordenador do Projeto na 1ª Região, falou sobre os resultados. “Após quase um ano do Projeto na Administração da Presidente Assusete, percebemos a consolidação da cultura do diálogo em substituição à cultura do litígio, para a pacificação social”.

Cilene Pereira orgulha-se de ser ex-

mutuária. Ela tentava, há dez anos, resolver sua dívida imobiliária. “Sinto-me feliz por ter participado da conciliação. Todos ficaram satisfeitos”, afirmou após receber o documento de quitação.

“Semente de esperança para o povo brasileiro tão cansado do Estado”. Essa foi uma das definições que o Diretor do Foro da Seção Judiciária, Jeferson Schneider, deu ao projeto.

O Coordenador do Projeto de Conciliação em Mato Grosso, Juiz Federal César Augusto Beasi, desejou aos ex-mutuários presentes a felicidade nos seus lares: “Ninguém mais vai lhes cobrar nada. Este problema não mais existe”, confortou-os.

O Diretor-Presidente da Emgea, Gilton Pacheco, explicou como é o trabalho da empresa e agradeceu o apoio da Presidente do Tribunal. Ele destacou o êxito e a eficácia com que a Justiça Federal da Primeira Região vem realizando o Projeto de Conciliação.

Contemplados

Os Certificados de Baixa de Hipoteca foram entregues a Cilene Pereira, Nelson Prawucki, Geraldo de Oliveira e Silva, Agnaldo Ribeiro de Souza, Orlando Tavares da Costa e Raul Souza Klein. Os demais acordos resultaram em reparcelamento da dívida. Há mutuários que não dispõem de recursos para quitar o imóvel, mas demonstram contentamento de ver um saldo devedor justo e uma dívida possível de ser liquidada. Eles renegociam sua dívida, o que torna viável o pagamento da prestação.

Uma alternativa rápida de pacificação social

O Projeto de Conciliação da Primeira Região, Coordenado pelo Juiz Federal em Auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca (foto), foi implementado em maio de 2006 pelo TRF. Os autos oriundos da 5ª e da 6ª Turma do Tribunal, órgãos competentes para julgar as matérias relacionadas aos contratos do SFH, são remetidos às varas de origem, onde são realizadas as audiências de conciliação. Participam das sessões o Juiz Federal voluntário e designado pela Presidência, o mutuário interessado e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea).

Quando não se chega a um acordo, o processo retorna ao TRF para julgamento pelo órgão jurisdicional competente.

Até o dia 8 de dezembro de 2006, Dia Nacional da Conciliação, o percentual de acordos firmados no Projeto de Conciliação da Primeira Região tinha sido de 52%, em relação ao número de audiências realizadas até aquela data.

Em 2001, a empresa Gestora de Ativos (Emgea) passou a ser responsável por aproximadamente 1,3 milhões de contratos de pessoas físicas, advindos da Caixa Econômica Federal e de outros 56 agentes financeiros, cujas carteiras foram cedidas ou adquiridas pela Caixa. Vinculada ao Ministério da Fazenda, a Emgea foi instituída pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001, com base na Medida Provisória nº 2.155, de 26 de junho de 2001 – atual Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

Até o último dia de março deste ano, a Emgea detinha aproximadamente 496.664 contratos, sendo 125.706 com algum litígio judicial ou em execução extrajudicial. Atualmente, segundo informações da própria Emgea, a inadimplência dos mutuários é de 46,86%.

“Com certeza, a diminuição do acervo de pendências contratuais decorreu, especialmente, da nova filosofia conciliatória que tem repercutido, inclusive, nas negociações administrativas”, afirmou o Coordenador do Projeto na 1ª Região.



Saulo Cruz